

CONTRIBUIÇÕES DAS ESCOLAS DO POBRE DA DIOCESE DE CAICÓ PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SERIDÓ DO RIO GRANDE DO NORTE ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1950.

CONTRIBUTIONS OF THE POOR ONE'S SCHOOL AT CAICO DIOCESE FOR
PROFESSIONAL EDUCATION IN RIO GRANDE DO NORTE SERIDÓ
BETWEEN THE DECADES OF 1940s AND 1950s.

Sandra Maria de Assis*
Olivia Moraes de Medeiros Neta**

Resumo

O presente trabalho deriva de projeto de pesquisa cujo objetivo é a Investigação das contribuições das Escolas do Pobre, fundadas e mantidas pelas Casas do Pobre da Diocese de Caicó, para a Educação Profissional na região do Seridó do Rio Grande do Norte, durante o bispado de Dom José de Medeiros Delgado (1941-1951). A metodologia utilizada nesse artigo é a pesquisa bibliográfica e documental. A investigação se encontra em fase preliminar e os resultados apresentados baseiam-se na leitura de pesquisas relacionadas ao tema. A pesquisa centra-se nas contribuições dessas escolas e suas relações com os propósitos político sociais da época, criadas sob a égide do Estado Novo e seus projetos direcionados para a escolarização e formação para o trabalho. Considera-se que as Escolas do Pobre, à sua maneira e,

Abstract

This article derives from a research project that has as objective to search the contributions of Poor Schools, founded and maintained by *Casa do Pobre* of Caicó's Diocese, for Vocational Education in Seridó/ Rio Grande do Norte/ Brazil, during the bishopric of Dom José de Medeiros Delgado (1941-1951). The methodology used in this article is bibliographical and documentary research. The research is in the preliminary phase and the results presented are based on the reading of researches related to the topic. This work focuses on the contributions of these schools and their relationships with the social political purposes of the time, created under the aegis of the *Estado Novo* (New State) and its projects aimed at schooling and training for work. It is considered that Poor Schools, in their own

* Mestre em Educação. Professora do Campus Caicó do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Email sandra.assis@ifrn.edu.br

** Doutora em Educação. Professora do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: olivianeta@gmail.com

talvez sem que os propósitos do seu criador fossem esses, contribuiu não só para a escolarização primária de muitas crianças e jovens como para a formação para o trabalho, numa perspectiva inclusiva e cidadã, daí a pertinência de um estudo mais aprofundado nesse sentido que certamente se somará aos estudos no campo da História da Educação.

way and perhaps, not for the purposes of their creator, contributed not only to the primary schooling of many children and young people but also to train for work in an inclusive and citizen-based perspective, hence the pertinence of a more in-depth study in this sense that certainly will add to the studies in the field of History of Education.

Palavras-chave: Escola do Pobre. Diocese de Caicó. Educação Profissional

Keywords: Pool Eschools. Caicó's Diocese. Professional Education.

Introdução

A educação escolar oferecida por iniciativa da Diocese de Caicó nas Escolas do Pobre, numa perspectiva de formação para vida cívica e iniciação ao trabalho constituída por uma instrução de ordem escolar, moral e disciplinar foi destinada às crianças e jovens oriundas das classes populares.

As Escolas do Pobre, fruto do trabalho de ação social católica do bispo Dom José de Medeiros Delgado no período em que esteve à frente da Diocese de Caicó (entre as décadas de 1940 e 1950), foram de inegável contribuição para a formação intelectual, moral e laboral de inúmeras crianças e jovens que por elas passaram, constituindo, em algumas localidades a única chance de muitos frequentarem os bancos escolares, dadas às distâncias e às dificuldades inerentes à vida campesina (algumas escolas eram rurais).

Para situar o leitor diante da importância da obra educacional edificada no sertão norte-rio-grandense, faz-se necessária uma breve apresentação do Bispo Dom José Delgado a partir de sua vida, considerando a cultura escolar dos locais de ensino por ele frequentados, sua estudantil, profissional e sacerdotal.

Dom José de Medeiros Delgado assumiu a direção da Diocese de Caicó em 1941, e como afirma Brito (2004 p. 11), “tinha a convicta idealização de um trabalho educacional como base de uma ação católica autêntica”. Integrou-se ao

Movimento da Ação Católica Brasileira (ACB) tornando-se um ativo implementador e propagador da concepção do Apostolado da Ação na Região Nordeste do Brasil. Seu amplo projeto educacional constituiu-se de uma rede de 18 escolas primárias católicas que ficariam conhecidas como Escolas do Pobre, orientadas ou administradas pelas Casas do Pobre, encarregadas, na época da assistência social da Igreja nas referidas paróquias.

Nas pesquisas já realizadas acerca do trabalho desse bispo e de sua diocese pela educação e evangelização no Seridó, emerge a problemática das Escolas do Pobre e sua cultura escolar.

Contudo, considerando também o tempo histórico e a abrangência dessas escolas, faz-se necessária uma investigação das suas contribuições para a educação profissional daquela região, uma vez que elas foram fundadas num período em que as políticas públicas para a educação popular e profissional sinalizavam no sentido de valorização da formação para o trabalho, acrescida da formação intelectual, moral, cívica, patriótica numa tentativa de eliminar a histórica dualidade da educação ofertada à sociedade. Ora, é esta o objetivo do presente trabalho, embora ele ainda esteja longe de interpretar todo o objeto proposto.

Dividimos o artigo em duas partes: a primeira propõe-se a historiar a ação do bispo D. José Delgado para fundar escolas que garantissem instrução escolar para todos e seu legado; e a segunda, a apresentar algumas práticas educativas desenvolvidas nas Escolas do Pobre numa perspectiva de evangelização e educação para o trabalho.

As Escolas do Pobre: legado sócio educacional de Dom Delgado no Seridó norte-rio-grandense

Dom José de Medeiros Delgado nasceu em 28 de julho de 1905, numa fazenda do atual município paraibano de Malta. Iniciou a escolarização primária em casa, como costume da época, para pais que pudessem contar com alguém capacitado pra tanto, no seu caso, Cecília, sua tia paterna. Conforme Brito (2004. p. 29),

o ensino de primeiras letras no meio rural era ministrado por professores leigos, com base na memorização auditiva e visual. A avaliação da aprendizagem estava estruturada na demonstração das habilidades de ler bem, escrever as letras do alfabeto, formar sílabas e palavras, escrever frases, saber de *cor* a tabuada e memorizar nomes. Os alunos que porventura não demonstrassem essas competências eram punidos com castigos físicos pelos professores.

Para continuar sua formação, o menino José ingressou no Seminário Menor da Paraíba, em 1918, onde iniciaria sua preparação para o sacerdócio. No ano seguinte, 1919, paralelamente, faria o Curso Preparatório ou Secundário do Colégio Diocesano, organizado em quatro anos, com as disciplinas escolares distribuídas na forma de seriação.

O referido colégio de cultura pedagógica clássica e literária, oferecia rigorosa e disciplinar formação espiritual, moral e intelectual aos aspirantes ao sacerdócio. Assentava-se numa cultura escolar compatível com uma conduta urbana e com boas maneiras sacerdotais, para que “aprendam aquelas regras de cortezia e de bom proceder que as Sagradas Escrituras tanto recommendam aos homens, e são essenciais à educação e ao viver social com superiores, iguaes e inferiores, e requeridas pelo estilo eclesiástico” (ESTATUTOS DO COLÉGIO DIOCESANO, 1927, apud BRITO, 2004, p. 34).

Em 1923, José ingressou no Seminário Maior, tendo concluído seus estudos de Filosofia em 1924, de onde partiu para cursar Teologia em Roma na Pontificia Universidade Gregoriana, lá permanecendo de julho de 1925 a outubro de 1927 tendo retornado para concluir os estudos de Teologia no Seminário da Paraíba em 1928. Após sua ordenação, atuou como vigário, recebendo influências do Movimento da Ação Católica, importante corrente divulgadora das bases da Ação Social da Igreja Católica, que nele teve um ativo partícipe por meio de seu magistério de ação social (ARAÚJO; BRITO, 2002), tanto em Campina Grande, na primeira década de sua vida sacerdotal, quanto já como bispo, no Seridó Norte-rio-grandense, onde fundou escolas com a finalidade de oferecer instrução escolar e formação católica.

À frente da Diocese de Caicó fundou a Escola Doméstica Popular Darci Vargas e a Escola do Pobre São José, depois chamada de Escola Prevocacional de Caicó, juntamente com outras 12 escolas primárias católicas conhecidas

popularmente como Escolas do Pobre. Criadas no âmbito da Diocese, tais escolas eram apoiadas por entidades públicas (federais, estaduais e municipais) como também por organismos internacionais e assistenciais ligados, sobretudo, à Igreja.

De acordo com Brito (2004), através da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e do Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social (SERAS), Dom Delgado instalou a Escola Doméstica Popular Darci Vargas¹ nas dependências do Educandário Santa Teresinha do Menino Jesus, sob a gestão das religiosas. Inspirada na cultura escolar da Escola Doméstica de Natal e na cultura escolar dos Centros de Educação Popular da França, essa escola funcionou entre 1943 e 1972.

Desde o século XVII, as escolas domésticas já existiam na França, por iniciativa de congregações religiosas e objetivavam formar as moças das classes populares na leitura e escrita bem como nos ofícios domésticos, artesanais e princípios morais. Em virtude da transformação de várias antigas domésticas em atividades profissionais remuneradas como serviços em creches, lavanderias, ateliês de costura e outros, as chamadas Escolas Domésticas propagaram-se em vários países europeus entre os séculos XIX e XX.

Brito (2004) afirma que, no Brasil, as primeiras escolas femininas profissionalizantes de natureza doméstica, destinadas a pobres, eram mantidas tanto pelo poder público quanto por associações religiosas e sociedades beneficentes e datam do século XIX.

O conjunto das escolas primárias católicas conhecidas popularmente como Escolas do Pobre e criadas pela Diocese de Caicó pelo bispo Dom José de Medeiros Delgado, era composto por 12 instituições: Escola Rural (do Pobre) São Vicente de Paula (em Jucurutu); Escola Diocesana Seridoense (no Jardim de Piranhas); Escola Pio X (em Florânia); Escola de Menores Tomaz Sebastião (em Acari); Escola Nossa Senhora das Vitórias (em Carnaúba dos Dantas); Escola Nossa Senhora dos Remédios (em Cruzeta); Escola Divino Espírito Santo (em Ouro Branco); Escola Paroquial São José (em São José do Seridó); Escola

¹ Cf. Brito (2004), a Escola Doméstica Popular "Darci Vargas" foi inaugurada oficialmente no dia 17 de outubro de 1943, funcionando até o final do ano letivo de 1972. Foi idealizada por Dom Delgado, com a colaboração das freiras do Colégio Santa Teresinha do Menino Jesus, de Caicó.

Rural Jardim seridoense (em São José do Seridó); Escola Rural Serra-negrense (em Serra Negra do Norte); Escola Rural Santa Terezinha (em São João do Sabugi); Escola Rural Lagoa-novense (em Lagoa Nova).

Além dessas escolas, Brito (2004) afirma que também fizeram parte da obra de Dom Delgado, como administrador da Diocese de Caicó (1941-1951): um programa sócio-educacional com ênfase nas iniciativas de criação do Ginásio Diocesano Seridoense (1942) e o Seminário Santo Cura d’Ars (1946); também teria incentivado a fundação de Cooperativas e Círculos Operários na região, do Abrigo Dispensário Prof. Pedro Gurgel (1949) e do Departamento Diocesano de Ação Social (1950).

Em 1951, cumprindo determinação do então Pontífice, Papa Pio XII, Dom Delgado transferiu-se para o Maranhão onde tornou-se Arcebispo de São Luís, onde deu continuidade à sua obra no magistério de ação social católica. Para tanto, Brito (2004, p. 42) afirma que

a Doutrina Social da Igreja Católica levou-o a inserir, progressivamente, nas suas reflexões, o tema da democracia social. Dele vinha o insistente esclarecimento de que a Igreja, porém, não é democracia popular. Ela possui uma teologia e um estilo de agir que não anulam as pessoas investidas de autoridade. [...] Dom Delgado implementou a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Agrária Católica (JAC), como atividades organizativas e educacionais para os segmentos de trabalhadores urbanos e rurais, respaldadas nas práticas renovadoras do catolicismo, que, nesses anos de 1950 e início de 1960.

Assim como já havia feito no Seridó norte-rio-grandense, no Maranhão, Dom Delgado, em consonância com os projetos desenvolvimentistas do Governo Federal à época, deu andamento a vários projetos como Cooperativas, Rádio Educadora, Movimento de Educação de Base, Jornal (de orientação católica), e várias outras ações voltadas para melhoria da vida e da educação da população maranhense, especialmente a dos 70% que, nessa época, vivia no campo.

Em 1963, no pontificado de João XXIII, Dom Delgado foi nomeado para a arquidiocese de Fortaleza onde, de acordo com Brito (2004), fez da ação social uma constante no magistério sacerdotal, tendo seu Programa de Ação Social,

incidido em várias frentes, indicando uma aproximação entre a Igreja e a população em geral.

Educação, evangelização e trabalho: as práticas educativas nas escolas do Pobre

Brito (2004) sugere que a problemática das Escolas do Pobre, a cultura escolar e a cultura dessas escolas carecem de uma investigação relacionada às suas contribuições para a Educação Profissional, considerando-se que elas foram fundadas num período em que as políticas públicas para a educação popular e profissional sinalizavam para a valorização da formação para o trabalho acrescida da formação intelectual, moral, cívica, patriótica numa tentativa de eliminar a histórica dualidade da educação ofertada à sociedade.

Investigar as contribuições das Escolas do Pobre implica num reconhecimento de suas práticas educativas e pedagógicas. Tais práticas sinalizam que essas escolas fundadas e mantidas pelas Casas do Pobre da Diocese de Caicó, de alguma maneira contribuíram para a Educação Profissional na região do Seridó do Rio Grande do Norte durante o bispado de Dom José de Medeiros Delgado (1941-1951).

Para historiar o processo de criação das 12 Escolas do Pobre, na região do Seridó do Rio Grande do Norte, considerando suas ações de instrução e de formação para vida e para o trabalho, também se faz necessária uma discussão sobre as práticas educativas por elas desenvolvidas com vistas atingir seus objetivos de escolarização bem como analisar as possíveis relações entre suas ações socioeducativas com os propósitos de formação intelectual, moral, cívica e de preparação para o trabalho.

Isso indica a necessidade de aventar uma possível relação entre as ações socioeducativas da Igreja Católica, através de suas diversas ordens e congregações no Brasil, e a Educação Profissional; de se fazer um levantamento das práticas educativas desenvolvidas pelas Escolas do Pobre com vistas a investigar se tais práticas educativas estavam direcionadas à formação para o trabalho (algo que, preliminarmente, a pesquisa tende a apontar alguns indícios); e de se investigar em que medida os propósitos de formação intelectual, moral, cívica e de preparação para o trabalho dessas escolas se

coadunavam com os objetivos da política educacional do período de sua criação (entre 1943 e 1950).

É razoável considerarmos que a Igreja Católica, desde os primórdios de suas ações de educação e evangelização no Brasil, direcionou suas ações para a formação para o trabalho, através do ensino de diversos ofícios nas Escolas das Missões onde atendia os filhos dos colonos pobres, indígenas e até escravos.

As práticas educativas, em sua maioria, destinavam-se a internalização das disciplinas escolares, mas também para aprender hábitos de higiene, práticas recreativas com diversas brincadeiras, de assistência social, alimentar, religiosa. Quase toda a instrução formativa era constituída por uma pedagogia dos sentidos (MEDEIROS NETA; BRITO, 2013, P.161).

Conforme Araújo (2009), nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954), através do Programa de Reconstrução Nacional, a educação da infância (letramento, instrução moral, preparo para a vida e proteção à saúde) e a planificação nacional da escolarização primária ganharam centralidade. Com a cooperação de órgãos federais, estaduais, internacionais e eclesiásticos, a educação escolar e a assistência social foram pensadas numa perspectiva de garantir à criança em fase escolar o apoio para o seu desenvolvimento mental, moral, físico e preparação para a vida.

No Seridó, essa política social contou com a Igreja Católica, sob a orientação da diocese que, através do bispo, “preconizava que lhes oferecendo educação escolar daria asas à inteligência e ao coração infantil” (ARAÚJO, 2009, p 22). As Escolas do Pobre e as demais criadas por Dom José de Medeiros Delgado eram dirigidas por párocos, curas d’almas, com a colaboração ou não de irmandades ou confrarias religiosas.

Nas Escolas do Pobre, especialmente nas rurais, eram ministrados rudimentos de agricultura, pecuária, horticultura, artes domésticas e artesanatos diversos destinados a formar para o trabalho, não necessariamente para uma profissão.

Os componentes curriculares, bem como sua finalidade primordial, era oferecer ensino primário regular e gratuito com instruções intelectuais, morais, profissionais e assistência social não se distanciando muito do que, de acordo

com documentos oficiais, eram os objetivos da política governamental de educação, fundada em grande parte nos ideais da Escola Nova².

Referindo-se a uma das Escolas do Pobre – a Escola Rural “Jardim Seridoense” da paróquia de Jardim do Seridó (RN), no período de 1943 a 1951 – Araújo (2009, p. 26) afirma que

o confronto entre a pedagogia moderna e o escolanovismo, que reverenciava a escolarização da criança pobre de Jardim do Seridó e os utensílios pedagógicos correlatos àquela pedagogia e também a uma dada cultura de escola, já se observava os esforços de uniformidade no tocante a seriação, obrigatoriedade da frequência, fundamentos, normas disciplinares, constância do tempo das aulas, férias, regularidade das festividades e de utilização de técnicas didáticas pelos professores, segundo o estilo escolar adotado nas demais escolas públicas. Porém, os esforços de homogeneização dispensaram por certo período às classes únicas de meninos e meninas.

A investigação centra-se nas contribuições dessas escolas e suas relações com os propósitos político sociais da época em que foram criadas sob a égide do Estado Novo e seus projetos direcionados para a formação profissional e cidadã.

Em 1942, deu-se a apresentação do anteprojeto da Lei Orgânica do Ensino Industrial presidida por Gustavo Capanema, transformado em Decreto-Lei pelo presidente Vargas. Nesse documento, conforme Horta (2010), o ensino industrial tinha por objetivos atender aos interesses do trabalhador, realizando a sua preparação profissional e a sua formação humana; aos interesses das empresas, atendendo, suas necessidades de suficiente e adequada mão de obra; e aos anseios nacionais, promovendo continuamente o crescimento de sua economia e cultura.

Estes objetivos seriam reafirmados por Capanema no discurso pronunciado na Confederação Nacional da Indústria, em agosto de 1942, por ocasião da assinatura do Decreto-Lei n. 4.048, que criou o SENAI:

[...] toda a educação industrial deve ter em mira a preparação profissional e a formação humana do trabalhador. Isto quer dizer

² Cf. Brito (2004) no ímpeto de renovação das práticas culturais da Igreja Católica no Brasil, ocorreu uma ampla divulgação da literatura escolanovista, representada pelas coleções das obras dos Pioneiros da Educação Nova, de autoria de Manuel Bergstrom Lourenço Filho, de Antônio Carneiro Leão, de Fernando de Azevedo e de Anísio Teixeira, dentre outras.

que é necessário que a educação industrial não se preocupe apenas em preparar o lado técnico do trabalhador, mas, também, o seu lado humano, isto é, o seu lado espiritual, o seu lado moral, o seu lado cívico e patriótico, o que quer dizer que o principal critério da formação do trabalhador nacional tem que ser precisamente este – o de atingir, a um só tempo, a sua formação técnica e a sua formação humana [...]. O trabalhador não se transformará em máquina, uma vez que nós tentemos realizar, a um tempo, os dois objetivos – sua preparação técnica e sua formação humana (CAPANEMA, 1942 apud SOUZA, 2013, p. 137).

Percebe-se, no discurso de Capanema, uma clara oposição aos propósitos de formação aligeirada proposta pelo SENAI que, no seu entender, “abandonava a preocupação teórica, tornando-se insignificante e prejudicial” (SOUZA, 2013, p. 136).

Para Capanema, então Ministro da Educação, o ensino profissional não poderia prescindir da formação humana, tanto quanto não poderia negligenciar sua formação cívica e moral. Mais que um meio de prover a existência, o trabalho era uma condição para o exercício da cidadania. Na sua ótica, um programa nacional de educação profissional era, no contexto do Estado Novo, tão importante quanto a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).³

A partir da fala de Capanema e demais documentos e escritas sobre o período, pode-se constatar ou negar a assertiva de que a Diocese de Caicó, através do Bispo Delgado, vislumbrou nos discursos e projetos da época a possibilidade de construir no sertão seridoense uma grande obra de evangelização e de profissionalização das classes populares.

Com vistas a alcançar tal propósito, qual seja capacitar na iniciação ao trabalho, matriculavam-se nas Escolas do Pobre meninos e meninas das camadas populares. No caso da Escola Prevocacional, por exemplo, Dom Delgado definiu como finalidade principal, ao lado da escolarização primária, a de “encaminhar na escolha da vocação profissional a uns e outros, tendo sempre em vista as necessidades da nossa vida semi-rural, rural e o preparo

³ Cf. Fausto (1994), O projeto nacional de desenvolvimento posto pelo Estado Novo (período correspondente à ditadura varguista de 1937 a 1945) previa um crescimento extraordinário da industrialização pautada na criação de grandes empresas estatais ao mesmo tempo em que mantinha sob forte controle os trabalhadores e suas representações sindicais. Em 1939 foi criada a Justiça do Trabalho, a partir das Juntas de Conciliação e Julgamento. Nesse contexto, a sistematização e ampliação da legislação trabalhista se deu com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que instituía direitos e deveres para trabalhadores e empregadores sob a mediação do Estado.

para as artes e indústrias manuais predominantes em nossas pequenas cidades” (ESTATUTOS DA ESCOLA PREVOCACIONAL, 1947b, apud BRITO, 2004, p. 6).

A fim de atender sua finalidade educacional, a Escola Prevocacional dispunha de três grandes salões especificamente destinados às oficinas de tipografia, de marcenaria e de mecânica. Para Brito (2004), a cultura educacional da Escola Prevocacional de Caicó estruturar-se-ia, segundo as normas educacionais e constitucionais vigentes, uma vez que a Constituição de 1937 estabelecia que

art. 129 – [...] O ensino prevocacional e profissional destinados às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escola de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concebidos pelo Poder Público (PORTO, 2012, p. 84).

Compreende-se que, nessas escolas, de ensino primário e também profissional, a cultura escolar se organizava tendo em vista as principais atividades econômicas – agricultura e pecuária – como também em relação às atividades industriais predominantes no Seridó norte-rio-grandense.

De acordo com Brito (2004), a Escola Prevocacional de Caicó estava organizada em dois ciclos: o ensino primário e o pré-vocacional. A escolarização primária era obrigatória para todas as crianças matriculadas entre 7, 12 até 18 anos de idade. O ensino pré-vocacional era facultativo para os alunos do sexo masculino com a idade completa de 12 a 18 anos, objetivando despertar nos jovens o valor do trabalho bem como “avivar seu interesse pelas atividades técnicas e pelos problemas econômicos, descobrindo suas aptidões naturais, no sentido de orientá-los para profissões que lhes sejam convenientes” (SANTOS, 1961, p.89, apud BRITO, 2004).

É interessante observar o papel das disciplinas escolares na concepção da cultura escolar. No caso da Escola Prevocacional, segundo relatos de ex-aluna⁴, as disciplinas escolares eram basicamente Português, Matemática, Geografia, História, Moral e Cívica, Ciência e Religião. O ingresso no ciclo pré-vocacional, tanto para meninos como para meninas era permitido, desde que reunissem as condições exigidas. No entanto, a oferta de disciplinas era diferente: “Enquanto as meninas iam para os cursos de bordado, costura, crochê e de tecelagem, os meninos frequentavam as oficinas de mecânica, marcenaria e de tipografia” (BRITO, 2004).

Vê-se que os pressupostos pedagógicos da Escola Nova, à época bastante difundidos por educadores brasileiros, estavam presentes na forma como era direcionada a aprendizagem dos alunos da Prevocacional de Caicó. Através das diferentes disciplinas ministradas nas oficinas de trabalho os alunos aprendiam fazendo. Mais tarde, a própria Diocese fundaria, em 1954, um jornal que absolveria alguns desses alunos egressos.

A cultura escolar é definida por Faria Filho et al (2004) como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Para esses autores, as

[...] normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização (FARIA FILHO et al, 2004, p. 143).

Assim, é conveniente considerar as práticas educativas desenvolvidas nas Escolas do Pobre, mesmo as não necessariamente incluídas nos programa

⁴ Brito (2004) apresenta o relato da ex-aluna Maria da Luz Araújo.

escolar, como as brincadeiras nos intervalos das aulas e até aquelas práticas que se desenvolviam além do tempo escolar. Por vezes, a Escola, para a maioria das crianças, era o único espaço de sociabilidade que desfrutavam fora do ambiente doméstico. Sendo muitas dessas crianças oriundas do meio rural, acostumadas a serem inseridas no trabalho desde cedo, as atividades escolares eram vistas por muitos como um escape e até um “privilégio”

Araújo (2009) afirma que nas décadas de 1940 e 1950, sob o governo de Getúlio Vargas, a instrução intelectual e moral, a preparação moral e a proteção à saúde das crianças como parte da escolarização primária ganharam centralidade no Programa de Reconstrução Nacional. A criança em fase de escolarização passava a ter seu desenvolvimento mental, moral físico e a preparação para a vida garantidos pelo governo que criou o Departamento Nacional da Criança, encarregado de coordenar as atividades relativas à proteção da infância, adolescência e maternidade (Decreto-lei n. 2.204, de 17 de fevereiro de 1940).

Em geral, essas escolas tinham a responsabilidade social e recebiam crianças entre 7 e 12 anos, possibilitando-lhes a oferta de ensinamentos e conhecimentos culturais e instrução moral e religiosa. Aprendiam alguns ofícios de artesanato, agricultura, sapateiros, costura, cozinha e hábitos de higiene necessários a sua vida em sociedade, mas também com vistas a possíveis profissões a serem exercidas no horizonte de suas vidas. Esse compromisso educativo das Escolas do Pobre, associado às suas ações de evangelização e formação humana, sugere sua enorme contribuição para a educação profissional numa perspectiva de formação humana integral, embora tenhamos que examiná-las dentro do seu tempo e das políticas educacionais da época, considerando sobretudo, que este não era o seu objetivo primordial.

A abertura das Escolas do Pobre nas cidades abarcadas pela Diocese de Caicó, sob a gestão do Bispo Delgado, era precedida pela criação das Casas do Pobre, mantenedoras das referidas escolas. Assim é que, em março de 1943 em Caicó, foi inaugurada a Escola do Pobre São José abrindo caminho para que, até o fim daquele ano, 11 novas escolas fossem abertas com a finalidade de “oferecer instrução e educação escolar gratuita intelectual, moral e profissional, além de assistência social às crianças-alunos pobres” (ARAÚJO, 2009, p. 115).

Conforme Delgado (1944) as 12 escolas do Pobre matricularam naquele ano de 1943 cerca de 1600 alunos que recebiam material escolar, almoço diário, roupas e sapatos. Em algumas delas foram instaladas oficinas de costura, sapataria e horticultura e os pais recebiam uma quantidade de leite em pó fornecido pela LBA (Legião Brasileira de Assistência).

Considerações Finais

As Escolas do Pobre, à sua maneira e, talvez sem que os propósitos do seu criador fossem esses, contribuíram não só para a escolarização primária de muitas crianças e jovens como para sua educação para o trabalho numa perspectiva de evangelização, mas também inclusiva, posto que proporcionou instrução escolar básica para crianças e jovens em muitas localidades, daí a pertinência de um estudo mais aprofundado no campo da História da Educação.

Direcionadas para a formação para o trabalho, as práticas educativas destinavam-se também à internalização das disciplinas escolares e à aprendizagem de hábitos de higiene, práticas recreativas e assistência social, alimentar e religiosa, especialmente nas escolas rurais, onde eram ministrados rudimentos de agricultura, pecuária, horticultura, artes domésticas e artesanatos diversos destinados a formar para o trabalho, não necessariamente para uma profissão.

Os componentes curriculares ministrados, e sua finalidade primordial, oferecer ensino primário regular e gratuito com instruções intelectuais, morais, profissionais e assistência social, não se distanciavam do que, de acordo com documentos oficiais, eram os objetivos da política governamental da época, fundada nos ideais da Escola Nova.

Por fim, é possível afirmar que as Escolas do Pobre – fruto do trabalho incansável de ação social católica do bispo Dom José de Medeiros Delgado no período em que esteve à frente da Diocese de Caicó –, foram de inegável contribuição para a formação intelectual, moral e laboral de inúmeras crianças e jovens que por elas passaram. Em algumas localidades constituíam a única

chance de muitos jovens frequentarem os bancos escolares nas suas comunidades, dadas às distâncias e as dificuldades inerentes à vida campesina.

Referências

- ARAÚJO, Marta Maria de. *A criança (pobre) em Escola Católica na cidade paroquial de Jardim do Seridó (Rio Grande do Norte, 1943-1951)*. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 23, n.46, p. 19-36, jul./dez. 2009.
- ARAÚJO, Marta Maria de; BRITO, Paula Sônia de; MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. “*Quão alfabetizadoras foram as Escolas do Pobre da Diocese de Caicó-RN (1943-1951)?*”. Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, 2007, Natal. **Anais...** Natal: UFRN/Associação de História, 2007.
- BRITO, Paula Sônia de. *A luta do Bispo Dom José de Medeiros Delgado por educação escolar para todos: (Caicó – RN, 1941–1951)*. 2004. 161p. Dissertação: Mestrado em Educação. UFRN, Natal.
- DELGADO, Dom José de Medeiros. *Ação Social*. Natal: Serviço de Publicidade da LBA no Rio Grande do Norte, 1944.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. *A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira*. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da USP. 1994.
- HORTA, José Silvério Baia. *Gustavo Capanema*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 2010.
- MEDEIROS NETA, Olívia Morais de; BRITO, Paula Sônia de. *Uma pedagogia dos sentidos na Escola Rural Santa Terezinha (São João do Sabugi/RN, 1943-1951)*. **Linguagens, Educação e Sociedade**. Teresina, ano 18, n. 28, jan/jun. 2013
- MEDEIROS NETA, Olívia Morais de; BRITO, Paula Sônia de. “*Instrução formativa e recursos materiais na Escola Rural Santa Terezinha (São João do Sabugi/RN, 1943-1951)*”. In: PAIVA, Marlúcia Menezes de; VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira de; MEDEIROS NETA, Olívia Morais de (Org). **Infância, escolarização e higiene no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2011, p.65-81.
- PORTO, Walter Costa. *Constituições brasileiras: 1937*. 3.ed. Brasília: Senado Federal/ Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012, vol. 4.
- SOUZA, Elizabete Gonçalves de. “*Educação Profissional no Brasil (1940-1950): aprendizagem industrial como modelo de ensino*”. In: BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha (Org.). **A Educação Profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o século XXI**. Campinas: Alínea, 2013, v. 1, p.123-154.